

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da
Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.
Ibiapina - Ceará

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Reapresentação das demonstrações financeiras

Em 30 de abril de 2021, emitimos relatório de auditoria com modificações sobre as demonstrações financeiras da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que ora estão sendo reapresentadas. Conforme descrito na Nota Explicativa nº 3.14, essas demonstrações financeiras foram alteradas e estão sendo reapresentadas para refletir alterações nas divulgações descritas na referida nota explicativa. Consequentemente, nossa opinião considera essas alterações e substitui a opinião anteriormente emitida. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receitas

Veja as Notas 3.3 e 15 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar sua usina geradora de energia eólica, sendo o fornecimento da energia gerada comercializado por meio de um contrato de longo prazo, firmado com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A receita da Companhia advém integralmente desse contrato de fornecimento de energia elétrica.</p> <p>As variações da geração da energia e consequentemente o reconhecimento da receita, em função de sua natureza e relevância qualitativa e quantitativa, são assuntos de suma importância para o entendimento por parte dos usuários das demonstrações financeiras.</p> <p>Em função do exposto acima, dos processos que suportam o reconhecimento da receita, bem como o risco de as receitas não serem registradas no momento da transferência do controle da energia fornecida, consideramos esse assunto como significativo em nossa auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none">– Avaliação do desenho e implementação dos controles internos relevantes determinados pela Administração sobre o reconhecimento de receitas;– Inspeção documental, em base amostral, de transações de vendas ao longo do exercício para verificar se representavam receitas válidas e condizente com o curso normal dos negócios da Companhia e verificação dos comprovantes de liquidação financeira; e– Análise, para uma amostra de vendas registradas no período de corte, das respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no momento da transferência do controle da energia fornecida, juntamente com os relatórios de receitas geradas e fornecidas pela Companhia e pelo órgão regulador, durante o exercício de 2021 e comparamos o montante total com os valores registrados. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o reconhecimento de receitas é aceitável no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.</p>

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também à administração declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com à administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza, 29 de abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 S-CE


Diego Feliciano Irineu
CRC 1SP223212/O-2

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2020		Passivo	Nota	2020	
		2021	(Reapresentado)			2021	(Reapresentado)
Caixa e equivalentes de caixa	4	44.993	41.347	Fornecedores a pagar	8	73.365	1.846
Depósitos vinculados	6	2.262	2.448	Empréstimos e financiamentos	10	15.976	15.017
Contas a receber	5	7.002	10	Debêntures	10	6.140	5.486
Impostos a recuperar		385	23	Arrendamentos a pagar	9	77	71
Despesas antecipadas		149	267	Encargos tributários e trabalhistas	11	1.429	1.005
Outros ativos		9	34	Ressarcimento geração reduzida	12	6.739	577
				Outras contas a pagar		278	28
Total do ativo circulante		54.800	44.129	Total do passivo circulante		104.004	24.030
Contas a receber	5	-	2.403	Fornecedores a pagar	8	-	58.076
Depósitos vinculados	6	10.484	9.488	Empréstimos e financiamentos	10	174.510	185.071
Depósitos judiciais	7	513.026	528.039	Debêntures	10	51.176	47.552
Imobilizado		58	83	Arrendamentos a pagar	9	9.385	9.489
Intangível				Receitas diferidas		-	1.201
				Ressarcimento geração reduzida	12	613	4.484
Total do ativo não circulante		523.568	540.013	Provisão para desmobilização	13	5.351	5.043
				Total do passivo não circulante		241.035	310.916
				Patrimônio líquido			
					14		
				Capital social		285.851	285.851
				Prejuízos acumulados		(52.522)	(36.655)
				Total do patrimônio líquido		233.329	249.196
Total do ativo		578.368	584.142	Total do passivo e patrimônio líquido		578.368	584.142

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020 (Reapresentado)
Receita líquida de vendas	15	60.850	49.677
Custo das vendas	16	<u>(31.099)</u>	<u>(30.167)</u>
Lucro bruto		29.751	19.510
Despesas gerais e administrativas	17	<u>(5.416)</u>	<u>(2.066)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		24.335	17.444
Receitas financeiras		2.273	1.122
Despesas financeiras		<u>(39.950)</u>	<u>(24.000)</u>
Resultado financeiro	18	(37.677)	(22.878)
Resultado antes dos impostos		(13.342)	(5.434)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	19	(2.525)	(2.022)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	19	<u>-</u>	<u>(27)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(15.867)</u>	<u>(7.483)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	2021	2020 (Reapresentado)
Prejuízo do exercício	(15.867)	(7.483)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(15.867)</u>	<u>(7.483)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 1 de janeiro de 2020 (Reapresentado)	285.254	(29.172)	256.082
Aumento de capital (Nota 13)	597	-	597
Prejuízo do exercício	-	(7.483)	(7.483)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	285.851	(36.655)	249.196
Prejuízo do exercício	-	(15.867)	(15.867)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	285.851	(52.522)	233.329

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social		(13.342)	(5.434)
Ajustes por:			
Depreciação e amortização	16 e 17	15.982	15.992
Amortização direito de uso de arrendamentos	16	288	742
Despesa financeira com direito de uso de arrendamentos	9	837	189
Rendimento de aplicação financeira de depósitos vinculados	18	(537)	(223)
Juros provisionados sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	10	22.822	19.760
Amortização dos custos de captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	10	403	404
Atualização provisão para desmobilização		308	160
Ressarcimento por geração reduzida	12	2.291	3.983
Baixa de imobilizado	7	31	-
		<u>29.083</u>	<u>35.573</u>
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber		(4.589)	(556)
Despesas antecipadas		118	709
Impostos a recuperar		(362)	(257)
Depósito vinculado		-	325
Depósitos judiciais		-	63
Outros ativos		25	4
Fornecedores a pagar		13.424	(1.616)
Obrigações tributárias e trabalhistas		9	115
Receita diferida		(1.201)	-
Outras contas a pagar		250	16
		<u>36.757</u>	<u>34.376</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais			
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(2.102)	(1.802)
Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	10	(12.877)	(13.852)
Pagamento de juros de debêntures	10	(3.872)	(3.662)
		<u>17.906</u>	<u>15.060</u>
Fluxo de caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Depósito vinculado		(273)	2.474
Aquisição de imobilizado	7	(1.251)	(83)
Aquisição de intangível		-	(11)
		<u>(1.524)</u>	<u>2.380</u>
Fluxo de caixa (utilizado nas) gerado pelas atividades de investimento			
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Pagamento de arrendamentos	9	(935)	(813)
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	10	(9.722)	(9.055)
Pagamento de debêntures - principal	10	(2.079)	(992)
		<u>(12.736)</u>	<u>(10.860)</u>
Fluxo de caixa utilizado nas atividades de financiamento			
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>3.646</u>	<u>6.580</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		41.347	34.767
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>44.993</u>	<u>41.347</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
		<u>3.646</u>	<u>6.580</u>
Principais transações que não aferam o caixa			
Mensuração e remensuração de direito de uso de arrendamentos		1.027	14.775
Reconhecimento de receita diferida		-	2.403
Integralização de capital por absorção de adiantamento para futuro aumento de capital		-	597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A (“BVS 2” ou “Companhia”), com sede na cidade de Ibiapina/CE, foi constituída em 7 de março de 2014 na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil e tem por objeto social desenvolver estudos, projetar, implantar, operar e explorar especificamente as Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos da Serra Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, bem como comercializar a energia elétrica por fonte eólica proveniente dessas e quaisquer outros direitos relacionados, ligados diretamente às Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7.

As Centrais Geradoras Eólicas Bons Ventos Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7, propriedades da Companhia, venderam 35,2 MW de energia no 18º Leilão de Energia Nova, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o Edital de Leilão nº 10/2013.

A Servtec Investimentos e Participações e a Nexus Investimentos, Participações e Locações são os acionistas da Companhia, com participações no capital social de 50% cada.

A Gestão de capital da Companhia consiste na salvaguarda de sua capacidade de continuidade operacional (Ver nota 21).

Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19

A Companhia não identificou problemas de abastecimento de peças e insumos para os processos de manutenção neste momento e possui de estoque de peças de reposição.

A BVS 2 detem estoque de peças de reposição suficiente para manutenção e continuidade das operações da Companhia.

Consideramos o risco baixo em paralisar as atividades pela falta de peças de reposição para manutenção neste momento, desta forma, não sofremos qualquer impacto material com relação ao COVID-19 em nossas operações, logística, vendas ou situação financeira.

A Companhia ratifica que, durante o exercício de 2021, não observou impactos significativos decorrentes da COVID-19 nas suas operações que resultassem em mudanças nas estimativas contábeis adotadas, em redução ao valor recuperável de ativos financeiros e não financeiros, em renegociações de contratos de arrendamentos, em critérios para reconhecimento de receita, em cumprimento de obrigações contratuais, tampouco na Continuidade operacional da Companhia: (i) interrupções na cadeia de suprimentos, (ii) redução de receita, (iii) potenciais inadimplências financeiras e/ou não financeiras, (iv) liquidez (v) rebaixamentos de crédito, entre outros.

Operação comercial

As autorizações para operação comercial foram concedidas de forma gradativa pela ANEEL, conforme os aerogeradores atendiam os padrões regulatórios necessários de geração em teste.

Central Geradora Eólica	Despacho ANEEL	Data de publicação
Bons Ventos Cacimbas 2	1492	06/07/2018
Bons Ventos Cacimbas 3	1034	09/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 4	1099	18/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 5	1100	18/05/2018
Bons Ventos Cacimbas 7	1565	13/07/2018

Autorização - Bons Ventos da Serra 2

A Autorização para funcionamento como produtor independente de energia elétrica possui prazo de 35 (trinta e cinco) anos contados a partir da publicação da portaria.

Central Geradora Eólica	Portaria MME	Data de Publicação
Bons Ventos Cacimbas 2	332	15/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 3	306	08/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 4	299	03/07/2014
Bons Ventos Cacimbas 5	270	11/06/2014
Bons Ventos Cacimbas 7	291	25/06/2014

Capacidade Produtiva

A Companhia possui 5 (cinco) usinas geradoras de energia eólica, situadas nos municípios de Ubajara e Ibiapina, no Estado do Ceará, constituída de 41 (quarenta e um) unidades geradoras de 2.1 MW, totalizando a potência instalada de 86,1 MW.

Central Geradora Eólica	Localização	Aerogeradores (Unidade)	Potência Instalada (MW)
Bons Ventos Cacimbas 2	Ubajara	11	23,1
Bons Ventos Cacimbas 3	Ubajara	7	14,7
Bons Ventos Cacimbas 4	Ibiapina	5	10,5
Bons Ventos Cacimbas 5	Ibiapina	10	21
Bons Ventos Cacimbas 7	Ubajara	8	16,8

Capital circulante líquido

- a.** Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no valor de R\$ 49.203 (em 31 de dezembro de 2020, R\$ 20.099 positivo (Reapresentado) e prejuízos acumulados de R\$ 52.522 (em 31 de dezembro de 2020, R\$ 36.655 (Reapresentado)).

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o saldo de R\$ 12.746, (em 31 de dezembro de 2020, R\$ 9.488) (Nota 6) em depósitos vinculados, principalmente, a empréstimos e financiamentos, sendo o montante de R\$10.484 classificados no ativo não circulante. Conforme nota explicativa 24, em março de 2022 foi integralizado capital no montante de R\$33.279 pelos acionistas da Companhia. De acordo com estimativas e projeções, a situação do capital circulante líquido negativo, serão suportadas pelas receitas de operações futuras e/ou por aportes de acionistas, caso necessário.

A Companhia reconheceu ativos e passivos considerando a pressuposição da continuidade operacional da Companhia, e entende que não há indícios de descontinuidade das operações.

Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR)

A Companhia possui 175 (cento e setenta e cinco) contratos de venda de energia em ambiente regulado firmados com as distribuidoras participantes do 18º Leilão de Energia Proveniente de novos empreendimentos de Geração, promovido pela ANEEL e realizado em 13 de dezembro de 2013, conforme o edital nº 10/2013. Os mesmos possuem prazo de 20 anos a contar da data planejada da operação comercial, nas seguintes condições:

Usina	Quantidade MW médio/ano	Preço R\$/MWh Dezembro/2013	Início da operação comercial	Final da operação comercial
Bons Ventos Cacimbas 2	10,1	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 3	6,0	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 4	4,3	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 5	9,7	121,58	Mai/2018	Dez/2037
Bons Ventos Cacimbas 7	6,5	121,58	Mai/2018	Dez/2037

O preço acima é reajustado anualmente pela variação do IPCA, sempre no mês de janeiro, respeitado o prazo mínimo de 12 meses, contados a partir do primeiro dia do mês de janeiro de 2013.

2 Base de preparação

Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de abril de 2022. Após a sua emissão, somente os Acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondados para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 3.12** - arrendamento: determinação se um contrato contém um arrendamento operacional.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 7** - critérios para definição de vida útil do imobilizado;
- **Nota 9** - critérios para definição da taxa de desconto de arrendamento;
- **Nota 12** - reconhecimento e mensuração de provisões: principais premissas sobre a probabilidade e a magnitude das saídas de recursos; e,

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os itens que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- (a) os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

3 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

3.1 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios de curto prazo onde as obrigações são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado desde que a Companhia tenha uma obrigação presente legal de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e essa obrigação possa ser estimada com confiabilidade.

3.2 Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- (a) **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- (b) **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- (c) **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

3.3 Receita Operacional

A Companhia registra a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante do MWh gerado e fornecido valorizados ao preço contratado (ver Nota 1).

3.4 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receitas de juros, despesas de juros e variações monetárias.

Receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado, através do método dos juros efetivos.

3.5 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL) com base no lucro presumido, conforme detalhado abaixo:

- Lucro presumido - Nesta sistemática, o resultado para fins de IRPJ e CSLL da Companhia é calculado aplicando-se sobre a receita recebida as alíquotas definidas para essa atividade, que são de 8% e 12%, respectivamente. Sobre o resultado presumido foram aplicadas as alíquotas de imposto de renda e contribuição social vigentes na data do encerramento de cada exercício (15% mais adicional de 10% para lucros superiores a R\$240 anuais para IRPJ, e 9% para CSLL).

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

3.6 Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Máquinas e equipamentos	10 anos
Equipamentos para processamentos de dados	5 anos
Moveis e utensílios	10 anos
Direito de uso de arrendamentos	34 anos
Parque eólico (*)	35 anos

(*) O ativo do parque eólico é composto por torres, máquinas e equipamentos, subestação, linha de transmissão, aerogeradores, sobressalentes e obras civis, conforme descrito na nota 7.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iv) Provisão para desmobilização

A Companhia assumiu obrigações de retirada de ativos decorrentes de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamentos do terreno onde o empreendimento eólico está localizado. A provisão foi reconhecida do início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização do ativo são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão depreciados pelo prazo de concessão do parque eólico.

3.7 Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

3.8 Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

Um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR. A Companhia não possui ativo financeiro mensurado ao VJORA.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios, cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e,
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

(iii) Modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. O objetivo do modelo de negócios da entidade não é baseado nas intenções da administração com relação a um instrumento individual, e sim determinado em um nível mais alto de agregação. A avaliação precisa refletir o modo como uma entidade administra seus negócios ou negócio. Uma única entidade pode ter mais de um modelo de negócios para administrar seus instrumentos financeiros.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a VJR

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.

Passivos Financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado

(iv) *Desreconhecimento*

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(v) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

Instrumentos financeiros

Quando aplicável, a Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*), decorrentes de fatores macroeconômicos.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 180 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma).
- O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber).

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;

- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não-financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

3.10 Capital social

Ações são classificadas como patrimônio líquido.

3.11 Distribuição de dividendos

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados.

3.12 Arrendamentos

No início do contrato, a Companhia determina se ele é ou contém um arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

No início ou na reavaliação sobre se um contrato contém um arrendamento, a Companhia separa os pagamentos e outras contraprestações requeridas pelo contrato referentes ao arrendamento daqueles referentes aos outros elementos do contrato com base no valor justo relativo de cada elemento. Se a Companhia conclui, para um arrendamento financeiro, que é impraticável separar os pagamentos de forma confiável, então o ativo e o passivo são reconhecidos por um montante igual ao valor justo do ativo; subsequentemente, o passivo é reduzido quando os pagamentos são efetuados e o custo financeiro associado ao passivo é reconhecido utilizando a taxa de captação incremental da Companhia.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto e ela é determinada obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia apresenta ativos de direito de uso que não atendem à definição de propriedade para investimento em "ativo imobilizado".

3.13 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não adotou essas normas para preparação dessas demonstrações financeiras.

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:

- (i) - Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)**
- (ii)** As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado
- (iii) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)**
As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados. O Grupo não possui contratos onerosos, desta forma, não há expectativa de quaisquer impactos na adoção inicial.
- (iv) Outras normas**
Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras:

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16);
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26/IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2);
- Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23/IAS 8); e
- Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32/IAS 12)

3.14 Reapresentação de exercícios anteriores

No exercício de 2021 foram identificados ajustes de exercícios anteriores referente:

- (a) as provisões para Ressarcimento por Geração Reduzida geração de energia dos parques eólicos inferiores aos volumes previstos no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR para os quais a Companhia não havia efetuado a provisão com base nas obrigações contratuais; e
- (b) atualização da multa e juros do montante a pagar a WEG em função do processo de arbitragem conforme nota explicativas nº 8 e nº18, assunto esse ressaltado no relatório dos auditores independentes do ano anterior.

A referida correção impactou nas rubricas de passivo circulante, passivo não circulante, receita líquida, despesas financeiras e prejuízos acumulados, os ajustes foram efetuados a partir de 1º de janeiro de 2020 nessas demonstrações financeiras.

Consequentemente, esses ajustes afetaram a apresentação dos valores correspondentes nos exercícios anteriores. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, originalmente emitidas em 30 de abril de 2021 e 25 de março de 2020, respectivamente, estão sendo reapresentadas, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

Balanco Patrimonial em 1º de janeiro de 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Total do ativo circulante	39.265	-	39.265
Total do não circulante	571.339	-	571.339
Total do ativo	610.604	-	610.604
Passivo			
Total do passivo circulante	22.682	-	22.682
Ressarcimento por geração reduzida (a)	-	1.078	1.078
Fornecedores (b)	42.023	17.754	59.777
Outros passivos não circulantes	270.985	-	270.985
Total do não circulante	313.008	18.832	331.840
Capital social	285.254	-	285.254
Prejuízos/Lucros acumulados	(10.340)	(18.832)	(29.172)
Patrimônio líquido	274.914	(18.832)	256.082
Total do passivo e patrimônio líquido	610.604	-	610.604

Balanço Patrimonial em 31 de janeiro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Ativo			
Total do ativo circulante	44.129	-	44.129
Total do não circulante	540.013	-	540.013
Total do ativo	584.142	-	584.142
Passivo			
Ressarcimento por geração reduzida (a)	-	577	577
Outros passivos circulantes	23.453	-	23.453
Total do passivo circulante	23.453	577	24.030
Ressarcimento por geração reduzida (a)	-	4.484	4.484
Fornecedores (b)	42.023	16.053	58.076
Outros passivos não circulantes	248.356	-	248.356
Total do não circulante	290.379	20.537	310.916
Capital social	285.851	-	285.851
Prejuízo do exercício	(5.201)	(2.282)	(7.483)
Prejuízos acumulados	(10.340)	(18.832)	(29.172)
Patrimônio líquido	270.310	(21.114)	249.196
Total do passivo e patrimônio líquido	584.142	-	584.142

Demonstração do resultado do exercício de 31 de dezembro de 2020

(Em milhares de Reais)

	Anteriormente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Receita operacional líquida (a)	53.660	(3.983)	49.677
Custo de operação	(30.167)	-	(30.167)
Resultado Bruto	23.493	(3.983)	19.510
Despesas operacionais	(2.066)	-	(2.066)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	21.427	(3.983)	17.444
Resultado financeiro líquido (b)	(24.579)	1.701	(22.878)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(3.152)	(2.282)	(5.434)
Imposto de renda e contribuição social	(2.049)	-	(2.049)
Resultado do exercício	(5.201)	(2.282)	(7.483)

4 Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Aplicações financeiras (i)	<u>44.993</u>	<u>41.347</u>
Total	<u>44.993</u>	<u>41.347</u>

- (i) As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a aplicações com liquidez diária e remuneradas com base em cotas de fundo de investimento que tem como objetivo alcançar a variação média do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). Adicionalmente, as aplicações são de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Estes recursos são utilizados na manutenção das atividades da Companhia.

Uma análise quanto ao risco de crédito e de mercado está descrita na Nota 21.

5 Contas a receber

	2021	2020
CCEAR - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (a)	2.116	-
CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (b)	<u>4.886</u>	<u>2.403</u>
	<u>7.002</u>	<u>2.413</u>
Circulante	7.002	10
Não circulante	-	2.403

- (a) Refere-se à venda de energia elétrica para os compradores relativa ao faturamento dos parques eólicos.
- (b) Refere-se a provisão de receita a ser faturada no mês seguinte.

Não há histórico de títulos vencidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

6 Depósitos vinculados

	2021	2020
Conta centralizadora (a)	2.262	2.448
Conta reserva serviço da dívida BNDES (b)	5.848	5.604
Conta reserva de O&M (c)	1.536	1.466
Conta reserva da dívida - Debêntures (d)	3.095	2.418
Conta reserva de pagamento de Debêntures (e)	<u>5</u>	<u>-</u>
	<u>12.746</u>	<u>11.936</u>
Circulante	2.262	2.448
Não circulante	10.484	9.488

Refere-se a condições estabelecidas contratualmente decorrente do financiamento com o BNDES e Debêntures (ver nota 10), conforme apresentado abaixo:

- (a) Conta centralizadora - conta corrente constituída, exclusivamente, para a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos creditórios cedidos fiduciariamente. Saldo se refere ao pagamento de amortização e juros de empréstimo do mês subsequente, sendo classificado no ativo circulante.
- (b) Conta reserva serviço da dívida BNDES - constituída pelo saldo equivalente ao valor de três prestações mensais do serviço da dívida, vincendas, constituídas de principal, encargos e acessórios. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para abril de 2034.
- (c) Conta reserva de O&M - constituída pelo valor necessário para perfazer o equivalente a ¼ (um quarto) do valor anual de pagamentos em decorrência do Contrato de O&M (contrato de operação e manutenção dos aerogeradores). A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para abril de 2034.
- (d) Conta reserva serviço da dívida Debêntures - constituída pelo saldo equivalente ao valor da próxima prestação vincenda do serviço da dívida de debêntures. A liberação da reserva para movimentação financeira pela Companhia somente ocorrerá quando houver a liquidação do contrato, prevista para Junho 2033.
- (e) Conta de pagamento de debêntures - constituída mensalmente por recursos equivalentes ao valor correspondente a 1/6 (um sexto) da próxima prestação vincenda.

Esses recursos são mantidos em contas de aplicação financeira em renda fixa, junto ao fundo Itaú TOP Referenciado FIC.

7 Imobilizado

O ativo imobilizado pode ser apresentado da seguinte forma:

Movimentação do ativo imobilizado

	Taxa anual média de depreciação				
	a.a.	31/12/2020	Adições	Baixas	31/12/2021
Administração					
Máquinas e equipamentos		18	-	-	18
Equipamento para processamento dados		46	14	(4)	56
Móveis e utensílios		36	-	-	36
Subtotal administração		100	14	(4)	110
Parque eólico					
Acessos, obras e instalações		129.696	-	-	129.696
Torres anemométricas (**)		658	100	-	758
Máquinas e equipamentos		594	59	(30)	623
Subestação, bay e linha de transmissão		47.767	-	-	47.767
Aerogeradores		373.793	-	-	373.793
Sobressalentes		365	1.078	-	1.443
Custos para desmobilização de ativos (*)		4.669	-	-	4.669
Direito de uso – arrendamentos		10.697	-	(925)	9.772
Subtotal parque eólico		568.239	1.237	(955)	568.521
Imobilizado em operação		568.339	1.251	(959)	568.631
Depreciação					
Depreciação da administração	10 a 20%	(41)	(16)	3	(54)
Depreciação do parque eólico	2,86%	(38.397)	(15.797)	-	(54.194)
Amortização desmobilização	2,84%	(378)	(132)	-	(510)
Amortização direito de uso arrendamento	2,94%	(1.484)	(288)	925	(847)
Depreciação acumulada		(40.300)	(16.233)	928	(55.605)
Total do imobilizado		528.039	(14.982)	(31)	513.026

**Movimentação do ativo
imobilizado**

	Taxa anual média de depreciação a.a.	31/12/2019	Adições	Baixas	31/12/2020
Administração					
Máquinas e equipamentos		16	2	-	18
Equipamento para processamento dados		45	1	-	46
Móveis e utensílios		35	1	-	36
Subtotal administração		96	4	-	100
Parque eólico					
Acessos, obras e instalações		129.696	-	-	129.696
Torres anemométricas (**)		649	9	-	658
Máquinas e equipamentos		594	-	-	594
Subestação, bay e linha de transmissão		47.767	-	-	47.767
Aerogeradores		373.793	-	-	373.793
Sobressalentes		295	70	-	365
Custos para desmobilização de ativos (*)		4.669	-	-	4.669
Direito de uso – arrendamentos		25.472	-	(14.775)	10.697
Subtotal parque eólico		582.935	79	(14.775)	568.239
Imobilizado em operação		583.031	83	(14.775)	568.339
Depreciação					
Depreciação da administração	10 a 20%	(25)	(16)	-	(41)
Depreciação do parque eólico	2,86%	(22.583)	(15.814)	-	(38.397)
Amortização desmobilização	2.84%	(246)	(132)	-	(378)
Amortização direito de uso arrendamento	2,94%	(742)	(742)	-	(1.484)
Depreciação acumulada		(23.596)	(16.704)	-	(40.300)
Total do imobilizado		559.435	(16.621)	(14.775)	528.039

(*) A Companhia possui obrigações de desmobilização de seus ativos em decorrência de exigências contratuais e legais relacionadas a arrendamento dos terrenos onde o complexo eólico desenvolve suas atividades. A provisão foi reconhecida no início da operação do parque e foi mensurada a seu valor justo, sendo revisada periodicamente. Os custos de desmobilização são capitalizados como parte do valor contábil do ativo relacionado e serão amortizados pelo prazo dos contratos de arrendamentos (nota 9).

(**) Trata-se de torres de medição de vento, as quais entram em funcionamento antes da entrada em operação do parque eólico.

Os 41 aerogeradores do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2 são cedidos em garantia ao BNDES em virtude de contrato de financiamento pactuado com a Companhia, conforme informado na Nota 10.

A Companhia, anualmente, revisa a vida útil econômica estimada do seu ativo imobilizado para fins de cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado.

8 Fornecedores

Refere-se a obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

	2021	2020 (Reapresentado)
Berkley Brasil Seguros	7	22
Agência Brasileira de Meteorologia Ltda	-	16
Brasiletec Serviços de Segurança Privada	53	25
Steag Energy Services do Brasil Ltda	-	194
Fornecedores TUST	311	316
JMC Locações e Limpeza LTDA-ME	30	29
SCB Técnica Eireli	-	15
Agencia Nacional de Energia Eletrica – ANEEL	-	22
SS Projetos Técnicos e Consultoria Ltda.	57	31
Weg Equipamentos Elétricos S.A. (i)	72.788	59.187
Outros fornecedores a pagar	119	65
	73.365	59.922
Circulante	73.365	1.846
Não circulante	-	58.076

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía saldo de R\$ 72.788 de fornecedores no passivo circulante. Desse montante, o valor de R\$72.279 refere-se ao valor principal acrescido da multa originada por atraso do fornecedor dos aerogeradores na conclusão do Complexo Eólico de Bons Ventos da Serra, bem como as respectivas moratórias decorrentes da arbitragem. Conforme nota explicativa nº 22 foi proferida a sentença final do processo de arbitragem em janeiro de 2022 e a Companhia efetuou o pagamento do montante de R\$72.279 em 16 de fevereiro de 2022. Em função da sentença de final, a Companhia reconheceu multas e juros como despesas financeiras no resultado do exercício de 2021 no montante de R\$10.252, R\$1.701 de como redução de despesas financeiras em 2020 e R\$17.754 referente a multas e juros no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2020.

9 Arrendamentos a pagar

Conforme descrito na nota 3.12, a Companhia possui um contrato de arrendamento do terreno onde estão instalados os parques eólicos. O contrato é de 35 anos com opção de renovação do arrendamento após este período. Os pagamentos de arrendamento são reajustados anualmente, conforme índice de reajuste do contrato de energia (Nota 1)

Para esse contrato, a Companhia reconheceu o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado, adicionalmente, a Companhia reconheceu no resultado a depreciação dos ativos de direito de uso e despesa de juros sobre obrigações de arrendamento.

Para determinação do valor justo de arrendamento, foi aplicada uma taxa de desconto, calculada com base nas taxas incrementais de empréstimos da Companhia de 8,07% a.a. aos pagamentos mínimos previstos, considerando-se o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Movimentação do ativo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2019	24.730
Remensuração	(14.775)
Despesa de depreciação do exercício	<u>(742)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.213
Despesa de depreciação do exercício	<u>(288)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>8.925</u>

Movimentação do passivo de arrendamento

Saldos em 31 de dezembro de 2019	24.959
Remensuração	(14.775)
Juros apropriados no resultado	189
Pagamentos	<u>(813)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	9.560
Remensuração	(1.027)
Juros apropriados no resultado	1.864
Pagamentos	<u>(935)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>9.462</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o escalonamento dos vencimentos é como segue:

Vencimento	2021			2020		
	Juros	Principal	Líquido	Juros	Principal	Líquido
Até 1 ano	(743)	820	77	(749)	820	71
De 1 a 2 anos	(737)	820	83	(743)	820	77
De 2 a 3 anos	(730)	820	90	(737)	820	83
De 3 a 4 anos	(723)	820	97	(730)	820	90
De 4 a 5 anos	(715)	820	105	(723)	820	97
Acima de 5 anos	<u>(12.130)</u>	<u>21.140</u>	<u>9.010</u>	<u>(12.933)</u>	<u>22.072</u>	<u>9.139</u>
Total	<u>(15.778)</u>	<u>25.240</u>	<u>9.462</u>	<u>(16.615)</u>	<u>26.172</u>	<u>9.557</u>

10 Empréstimos, financiamentos e debêntures

(i) Financiamento BNDES

A Companhia possui contrato de financiamento firmado junto ao BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com a finalidade de desenvolvimento, implantação e exploração de empreendimento de geração de energia elétrica e infraestrutura correlata do Complexo Bons Ventos da Serra 2 (Cacimbas 2, 3, 4, 5 e 7), no valor total de R\$ 225.540, divididos em 6 (seis) subcréditos (A,B, C, D, E, F) o que é reconhecido pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária.

A Companhia, durante o exercício de 2018, promoveu aditamento do contrato de financiamento junto a BNDES, e cancelou o subcrédito “D”, reduzindo a linha de crédito total para R\$ 219.570.

Sobre o principal da dívida incidem juros à taxa de 2,02% + TJLP ao ano. O principal da dívida está sendo pago em 192 prestações mensais e sucessivas, já tendo sido pago até 31 de dezembro de 2021 o total de 44 prestações.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como redução da dívida.

(ii) Debêntures

No dia 1º de abril de 2019, foi concluída a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações de emissão da emissora, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos, da Geradora Eólica Bons Ventos da Serra 2 S.A. junto ao Banco ITAU BBA no valor de R\$ 56.500 com taxa de 6,50 % a.a. + IPCA. As debêntures possuem vencimento semestrais, iniciando em dezembro de 2019 até junho de 2033.

Os custos de captação estão sendo amortizados pelo método linear e apresentados em 31 de dezembro de 2021 e 2020, como redução da dívida.

As garantias dos financiamentos são as usuais para um *Project Finance*, incluindo: Contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização, alienação das máquinas e equipamentos, alienação das ações da Companhia e quando aplicável, cartas de fiança bancária.

Esse endividamento está apresentado em 31 de dezembro de 2021 e 2020, conforme demonstrado a seguir:

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2021	31/12/2020	Vencimento
	Indexador	Taxa média anual de juros			
Empréstimos e financiamentos					
Finem (BNDES) (a)	URTJLP	2,02% a.a.	191.581	201.271	Abril/2034
(-) Custos de captação			<u>(1.095)</u>	<u>(1.183)</u>	
			190.486	200.088	
Circulante			15.976	15.017	
Não circulante			174.510	185.071	
Debêntures					
Debêntures	IPCA	6,50% a.a.	60.934	56.970	Junho/2033
(-) Custos de captação			<u>(3.618)</u>	<u>(3.932)</u>	
			57.316	53.038	
Circulante			6.140	5.486	

Não circulante	51.176	47.552
Total empréstimos, financiamentos e debêntures	<u>247.802</u>	<u>253.126</u>

A seguir, conciliação da movimentação patrimonial de empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>209.204</u>	<u>51.319</u>	<u>260.523</u>
Amortização de principal	(9.055)	(992)	(10.047)
Juros pagos	(13.852)	(3.662)	(17.514)
Custos de captação reconhecidos no resultado	90	314	404
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>13.701</u>	<u>6.059</u>	<u>19.760</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>200.088</u>	<u>53.038</u>	<u>253.126</u>
Amortização de principal	(9.722)	(2.079)	(11.801)
Juros pagos	(12.877)	(3.871)	(16.748)
Custos de captação reconhecidos no resultado	88	315	403
Juros reconhecidos no resultado do exercício	<u>12.909</u>	<u>9.913</u>	<u>22.822</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>190.486</u>	<u>57.316</u>	<u>247.802</u>

Os montantes classificados no passivo não circulante, por ano de vencimento, têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2021</u>		<u>31/12/2020</u>	
	Empréstimos e financiamentos	Debêntures	Empréstimos e financiamentos	Debêntures
2023	15.976	6.454	16.052	6.091
2024	15.398	7.210	17.158	6.762
2025	15.398	10.069	18.341	7.507
2026	15.398	6.184	19.605	8.334
2027 a 2034	<u>112.340</u>	<u>21.259</u>	<u>113.915</u>	<u>18.858</u>
	<u>174.510</u>	<u>51.176</u>	<u>185.071</u>	<u>47.552</u>

a. Covenants

A Companhia deverá manter anualmente, durante toda a vigência dos contratos de empréstimo, financiamento e debêntures, ICSD (Índice de Cobertura de Serviço de Dívida) igual ou superior a 1,20. Adicionalmente para as Debêntures, a Companhia deverá manter a projeção do ICSD, durante toda a vigência das Debêntures, índice projetado equivalente a 1,20, no mínimo. O cumprimento das cláusulas contratuais segue rigorosamente atendidas, conforme as disposições requeridas.

Ademais, outras obrigações a serem cumpridas pela Companhia estão relacionadas diretamente com as operações comerciais, financeiras e societárias, tais como, mas não se limitando, a adimplência financeira, manutenção de garantias e das certidões públicas.

11 Encargos tributários e trabalhistas

2021 2020

ISS a recolher	2	4
PIS a recolher	29	28
COFINS a recolher	134	129
IRPJ a recolher	600	291
CSLL a recolher	278	173
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	161	218
Impostos diferidos	-	71
Outros impostos a recolher	225	91
	<u>1.429</u>	<u>1.005</u>

12 Ressarcimento geração reduzida

A geração de energia dos parques eólicos foram inferiores aos volumes previstos no contrato de venda de energia no ambiente regulado CCEAR no quadriênio vigente, dessa forma, a Companhia constituiu uma provisão com base nas obrigações contratuais, as quais serão liquidadas nos exercícios subsequentes.

Os desvio negativos (abaixo da faixa de tolerância -10%) de geração serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes em cláusula do referido contrato apurado ao final do ano contratual, chamados de penalidades anuais. Os desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até 10%) de geração serão ressarcimentos que serão liquidados no exercício subsequente ao final do primeiro quadriênio, chamados de penalidades quadrienais.

De acordo com os contratos apuração das penalidades de energia inferior a energia contratadas são valoradas ao Preço de Liquidação das Diferenças Médio.

	Circulante	Não Circulante	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2020 (Reapresentado)	<u>-</u>	<u>1.078</u>	<u>1.078</u>
Geração reduzida - Penalidade quadrienal	-	3.406	3.406
Geração reduzida - Penalidade anual	<u>577</u>	<u>-</u>	<u>577</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	<u>577</u>	<u>4.484</u>	<u>5.061</u>
Geração reduzida - Penalidade quadrienal	-	2.291	2.291
Geração reduzida - Penalidade anual	-	-	-
Transferência para o circulante (*)	<u>6.162</u>	<u>(6.162)</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>6.739</u>	<u>613</u>	<u>7.352</u>

(*) A transferência do montante de R\$ 6.162 em 2021 para o passivo circulante ocorreu, pois no início de 2022 se encerrará o quadriênio dos contratos.

13 Provisões

(i) Provisão para contingências

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que os encaminhamentos e providências legais cabíveis já tomados em cada situação são suficientes para preservar seu patrimônio, não existindo indicações de necessidades de se reconhecer provisões e/ou divulgações para contingências nos exercícios de 2021 e 2020, sobre questionamentos judiciais, de natureza tributária, trabalhista ou civil.

Portanto, baseada nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Administração reconheceu que não existem processos com probabilidade de perda provável.

A Companhia não possuía, em 31 de dezembro de 2021, litígios trabalhistas, cíveis e fiscais, cuja a probabilidade de perda baseada na opinião dos assessores jurídicos é classificada como possível.

(ii) Provisão para desmobilização

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo total de provisão para desmobilização de ativos era de R\$ 5.351, (31 de dezembro de 2020, R\$ 5.043) registrada no passivo não circulante com a finalidade de mensurar o custo de desmobilização dos ativos para atender aos critérios dos contratos de arrendamentos e das licenças ambientais vigentes pela atividade explorada, o volume de material proveniente de desmatamento do parque e suas instalações e o volume de material considerado sucata, bem como os valores provisionados para a realização de tais serviços quando do desmonte do Complexo Eólico Bons Ventos da Serra 2.

Para cálculo dos recursos necessários para a desmobilização, foram estimadas horas/homem e horas/máquina para desmonte, corte e fracionamento de componentes, bem como limpeza da área do parque, transporte e destinação do material gerado.

14 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia era de R\$ 285.851, (em 31 de dezembro de 2020, R\$ 285.851) totalmente integralizado e representado por 285.851.394 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal (285.851.394 ações em 31 de dezembro de 2020).

Conforme apresentado na Nota 1, a Servtec Investimentos e Participações e a Nexus Investimentos, Participações e Locações são os acionistas da Companhia, cada uma com 50% do capital social.

b. Aumento e redução de capital

A assembleia geral poderá, a qualquer tempo, aumentar o número de ações ordinárias e/ou criar preferenciais de uma classe ou mais, resgatáveis ou não, sem guardar proporção com as demais ações, observadas as normas do Estatuto Social da Companhia.

c. Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido, antes de qualquer outra destinação, e limitada a 20% do capital social. A reserva legal tem por finalidade assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia apurou prejuízo, não

constituindo, portanto, reservas.

d. Dividendo mínimo obrigatório

Do lucro remanescente, após as deduções e destinações, será pago a título de dividendo mínimo obrigatório o valor equivalente a 25% (vinte e cinco por cento), facultado à Diretoria propor o não pagamento deste dividendo nos exercícios em que a situação de caixa da Companhia não for compatível com tal distribuição ou for requerida a manutenção de tais recursos para reinvestimentos nos negócios da Companhia.

15 Receita líquida de vendas

	2021	2020 (Reapresentado)
Receita de energia gerada	63.155	51.724
Vendas canceladas	-	(14)
PIS	(410)	(362)
COFINS	(1.895)	(1.671)
	<u>60.850</u>	<u>49.677</u>

16 Custos das vendas por natureza

	2021	2020
Depreciações e amortizações (a)	(15.940)	(15.946)
Depreciação direito de uso arrendamentos	(288)	(742)
Encargos de uso do sistema de transmissão - TUST	(3.526)	(3.291)
Compra de energia	-	(485)
Custos com manutenção	(7.490)	(4.400)
Custos com pessoal	(1.237)	(1.204)
Custos regulatórios	(284)	(293)
Serviços de terceiros	(1.752)	(2.052)
Custos sócio ambientais	(747)	(950)
Custos com infraestrutura	(50)	(243)
Custos com seguros	(736)	(481)
Custos gerais	951	(80)
	<u>(31.099)</u>	<u>(30.167)</u>

17 Despesas gerais e administrativas por natureza

	2021	2020
Despesas com pessoal	(519)	(1.188)
Serviços de terceiros	(790)	(625)
Honorários de sucumbência - WEG	(3.600)	-
Despesas com infraestrutura	(12)	(20)
Despesas com viagens	(17)	(14)
Despesas com publicações	(78)	(51)
Despesas tributárias	(357)	(8)
Despesas com seguros	(1)	(32)
Depreciação e amortização	(42)	(46)
Outras despesas gerais	-	(82)
	(5.416)	(2.066)
Classificados como:		
Despesas gerais e administrativas	(5.416)	(2.066)
	(5.416)	(2.066)

18 Resultado financeiro

	2021	2020 (Reapresentado)
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras (*)	2.272	1.057
Variação monetária ativa	-	65
Outras receitas financeiras	1	-
	2.273	1.122
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(22.822)	(19.760)
Custos com captação de empréstimos, financiamentos e debêntures	(403)	(877)
Despesas financeiras com arrendamentos	(1.864)	(189)
Fianças bancárias	(3.881)	(4.605)
Juros passivos	-	(14)
Despesas bancárias	(4)	(1)
Outras despesas financeiras (**)	(10.976)	1.446
	(39.950)	(24.000)
Total	(39.950)	(24.000)
Resultado financeiro	(37.677)	(22.878)

(*) Compreende os rendimentos de aplicações financeiras em caixas e equivalentes de caixa de R\$ 1.735 (2020: R\$ 834) e rendimento de aplicações em depósitos vinculados de R\$ 537 (2020: R\$ 223).

(**) Do montante de R\$10.976 o valor de R\$10.252 refere-se a multa e juros relacionados ao processo de arbitragem junto ao fornecedor Weg conforme descrito na nota explicativa nº 8.

19 Imposto de renda e contribuição social

Corrente

Em 31 de dezembro de 2021, o imposto de renda e a contribuição social corrente totalizam o montante de R\$ 2.525 (31 de dezembro de 2020 R\$ 2.022), conforme evidenciado no quadro abaixo:

2021	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	63.155	63.155
Alíquota %	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Lucro presumido	5.052	7.579
Receita financeira	<u>2.273</u>	<u>2.273</u>
Base de cálculo	7.325	9.852
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	1.099	836
Imposto adicional (IRPJ)	<u>591</u>	<u>-</u>
Imposto corrente	<u>1.689</u>	<u>836</u>
2020	IRPJ	CSLL
Receita operacional bruta	54.505	54.505
Alíquota %	<u>8%</u>	<u>12%</u>
Lucro presumido	4.360	6.540
Receita financeira	<u>1.081</u>	<u>1.081</u>
Base de cálculo	5.441	7.621
Alíquota %	15%	9%
Imposto devido	816	686
Imposto adicional (IRPJ)	<u>520</u>	<u>-</u>
Imposto corrente	<u>1.336</u>	<u>686</u>

20 Partes relacionadas

Remuneração do pessoal-chave da administração

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, os honorários dos administradores foram apropriados ao resultado, na conta “despesas gerais e administrativas”, no montante total de R\$ 263 (2020 R\$ 812), e na conta de “custos das vendas”, no montante total de R\$ 607 (2020 R\$ 485). A remuneração inclui salários, encargos e eventuais bonificações anuais por atingimento das metas.

21 Gerenciamento de riscos

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia restringe sua exposição a riscos de crédito associados a bancos e a aplicações financeiras.

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre

o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

Em 31 de dezembro de 2021	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	-	44.993	-	-
Depósitos vinculados	12.746	-	-	12.746
Contas a receber de clientes	-	7.002	-	-
Fornecedores	-	-	73.365	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	247.802	247.801
Arredamentos a pagar	-	-	9.462	9.462
Em 31 de dezembro de 2020 (Reapresentado)	VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros passivos financeiros	Valor justo Nível 2
Caixa e equivalentes de caixa	-	41.347	-	-
Depósitos vinculados	11.936	-	-	11.936
Contas a receber de clientes	-	2.413	-	-
Fornecedores	-	-	59.922	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	253.126	253.126
Arredamentos a pagar	-	-	9.560	9.560

Devido ao método de transição escolhido na aplicação do CPC 48, as informações comparativas não foram reapresentadas para refletir os novos requisitos.

- **Valor justo (Nível 2)** - Referente a outros passivos financeiros, foi utilizada a técnica de fluxos de caixa descontados, cujo modelo de avaliação considera o valor presente do pagamento esperado, descontado utilizando uma taxa de desconto ajustada ao risco, não tendo *inputs* significativos não observáveis.

Visão geral

A Companhia possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de juros; e,
- Risco operacional.

Riscos de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade de a Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de caixas e equivalentes de caixa, depósitos vinculados e contas a receber de clientes. No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o

funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega a confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

A Companhia gerencia seus riscos de forma contínua, avaliando se as práticas adotadas na condução das suas atividades estão em linha com as políticas preconizadas pela Administração. A Companhia não faz uso de instrumentos financeiros de proteção patrimonial, pois acredita que os riscos aos quais estão ordinariamente expostos seus ativos e passivos compensam-se entre si no curso natural das suas atividades. A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a Companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, depósitos vinculados, contas a receber de clientes e outras contas a receber, conforme detalhado a seguir:

(i) Instrumentos financeiros, depósitos em dinheiro e aplicações

O risco de crédito de saldos bancários é administrado pelo departamento financeiro da Companhia de acordo com a política preestabelecida pelo Conselho de Administração. Os recursos excedentes são investidos em aplicações financeiras de acordo com a avaliação da gerência responsável. Além do percentual de remuneração e do *rating* atual de cada banco, leva-se em consideração o montante de capital investido nesta por parte de cada banco ou instituição financeira. O contas a receber tem risco considerado baixo, considerando as características do contrato de energia firmado. (vide Nota 1)

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia tem R\$ 44.993 (Em 31 de dezembro de 2020, R\$ 41.347) em caixa e equivalentes de caixa. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possui o saldo de R\$ 12.746 (Em 31 de dezembro de 2020, R\$ 11.936) em depósitos vinculado a contratos de financiamento.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Os valores apresentados na tabela são os fluxos de caixa contábeis contratados:

2021	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	22.116	22.430	203.256
Arrendamentos a pagar	77	83	9.302
Fornecedores	73.365	-	
2020	Até 1 ano	Até 2 anos	+ 2 anos
Empréstimos, financiamentos e debêntures	20.503	22.143	226.700
Arrendamentos a pagar	71	77	9.447
Fornecedores	1.846	58.076	-

Risco de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando a mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas para travar o custo financeiro das operações.

A Companhia não operou com derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

	Saldo 31/12/2021	Risco	Cenário Provável	Cenário (+25%)	Cenário (+50%)
Saldo de aplicações financeiras (equivalente de caixa) - CDB	44.993	Variação do CDI	44.993	46.023	47.052
Efeito no resultado			-	1.029	2.058
Saldo de aplicações financeiras (vinculadas) - Fundo de investimento	12.746	Rendimentos em FI	12.746	13.037	13.329
Efeito no resultado			-	292	583
Saldo de empréstimos e financiamentos	190.486	TJLP	190.486	193.381	196.276
Efeito no resultado			-	2.895	5.791
Saldo de debêntures	57.316	IPCA	57.316	58.247	59.178
Efeito no resultado			-	931	1.863

22 Gestão do capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual da soma da dívida líquida com o patrimônio líquido. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e financiamentos, subtraído do montante de outros investimentos, caixa e equivalentes de caixa.

Os índices de alavancagem financeira, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, podem ser assim sumarizados:

	2021	2020 (Reapresentado)
Total de empréstimos, financiamentos e debêntures	247.802	253.126
Caixa e equivalentes de caixa	(44.993)	(41.347)
Depósitos vinculados	(12.746)	(11.936)
Dívida líquida	190.063	199.843
Total do patrimônio líquido	233.329	249.196
Índice de alavancagem em 31 de dezembro	0,81	0,80

23 Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía cobertura de seguros contra riscos operacionais e responsabilidade civil no montante de R\$ 553.798 os quais a Administração entende que as coberturas representam valores suficientes para cobrir eventuais perdas.

As coberturas garantidas pelos presentes seguros incluem, por exemplo, danos materiais de bens de terceiros em poder do segurado; bens do segurado em poder de terceiros; danos elétricos; quebra de máquinas; despesas de combate a incêndio; despesas de salvamento e contenção de sinistro; entre outros danos materiais.

24 Eventos subsequentes

Em janeiro de 2022, o Tribunal Arbitral emitiu sentença final referente ao curso da arbitragem que a Companhia mantinha contra a WEG Equipamentos Elétricos. A respectiva sentença condenou a Companhia ao pagamento de R\$ 72.279 em favor da empresa Weg Equipamentos Elétricos S.A cuja composição refere-se a (i) 68.328 por faturas não quitadas e sua respectiva correção (ii) R\$ 352 a título de custas arbitrais e (iii) R\$ 3.600 a título de honorários advocatícios sucumbenciais devidos ao patrono da requerida. A quitação da sentença foi realizada em 16 de fevereiro de 2022 mediante utilização de recursos próprios de caixa e aporte de capital realizado pelos sócios.

Em 16 de fevereiro de 2022 foi efetuado adiantamento para futuro aumento de capital no montante de R\$ 33.279 integralizado em março de 2022.

André Campestrini Gomes
Diretor Financeiro

Renato Melo Gomes
Diretor Técnico

Erlon Rodrigo da Silva
Contador CRC-SC 030791/O-1

* * *